

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)

9 mar 2017 | O Globo | JULIANA CASTRO MARCO GRILLO E opais@oglobo.com.br

Sete países, 15 contas

Esquema de Cabral também foi abastecido pela Odebrecht, com US\$ 3 milhões em Andorra

O ex-governador Sérgio Cabral usou 15 contas em sete paraísos fiscais para esconder a propina do esquema de corrupção no Rio descoberto pela Operação Lava-Jato. Cabral foi denunciado pela sexta vez, agora por receber US\$ 3 milhões da Odebrecht em banco de Andorra. A sofisticada engenharia financeira da organização criminosa comandada pelo ex-governador Sérgio Cabral (PMDB) usou 15 contas bancárias em sete países para esconder os valores arrecadados pelo esquema de corrupção que, segundo o Ministério Público Federal (MPF), desviou recursos do governo do Rio. O MPF afirma que a quadrilha movimentou US\$ 100,1 milhões no exterior, o equivalente a R\$ 318 milhões. Também foram ocultados fora do país quantias em diamantes (€ 1,2 milhão e US\$ 1 milhão) e em ouro (US\$ 247,9 mil). Ontem, Cabral se tornou réu pela sexta vez na Operação Lava-Jato.

A nova denúncia aceita pela Justiça Federal traz mais uma frente de investigação: o recebimento e a lavagem de dinheiro oriundos da Odebrecht — foram descobertos US\$ 3 milhões destinados ao ex-governador, depositados em banco de Andorra. Até então, as implicações de Cabral com a Justiça estavam relacionadas com propinas cobradas a partir de obras da Andrade Gutierrez e da Carioca Engenharia, reveladas por executivos das duas empreiteiras em acordos de delação premiada.

Com auxílio de um grupo de doleiros, o ex-governador montou uma rede bancária com postos em paraísos fiscais tradicionais — Suíça, Bahamas, Mônaco e Luxemburgo —, além de Nova York, nos Estados Unidos, na Holanda e em Andorra. De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), as remessas de dinheiro para o exterior aconteceram entre 2003, época em que Cabral era senador, até 2015, quando já havia deixado o governo do Rio em benefício de seu vice, Luiz Fernando Pezão (PMDB). A investigação recuperou US\$ 85 milhões (R\$ 269,4 milhões, na cotação de ontem), valor que já está disponível na conta judicial e pode ser pleiteado pelo governo, afundado em uma crise financeira.

O MPF sustenta que Cabral, preso desde novembro, cometeu o crime de lavagem de dinheiro 30 vezes, praticou evasão de divisas 25 vezes e, em nove ocasiões, incorreu em corrupção passiva. O ex-secretário de Governo Wilson Carlos e Carlos Miranda, apontados como operadores financeiros, também viraram réus por lavagem de dinheiro e evasão de divisas, enquanto Sérgio Castro de Oliveira, o Serjão, outro integrante do esquema, vai responder por evasão de divisas.

“O vultuoso volume de recursos obtidos em razão dos crimes praticados pelo grupo criminoso exigia uma forte estrutura destinada à movimentação e lavagem do dinheiro da propina, razão pela qual uma série de agentes passaram a integrar a organização criminosa com tal finalidade, realizando, na divisão de tarefas da organização, a função de operadores financeiros”, escreveram os procuradores.

A força-tarefa da Lava-Jato destrinchou o papel de novos personagens: os doleiros Vinicius Claret, o Juca Bala, e Claudio Fernando Barboza de Souza, sócios no Uruguai, onde foram presos na semana passada. Eles se tornaram réus por organização criminosa, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e corrupção passiva. A dupla passou a ser solicitada para esconder os valores de origem ilícita quando os doleiros Renato e Marcelo Chebar, que estão colaborando com a investigação, não tiveram mais capacidade de lidar sozinhos com o esquema, em função do aumento dos recursos.

PROPINA VIA OFFSHORE Juca Bala tornou-se uma das pontes do esquema de Cabral com o departamento de propinas da Odebrecht. De acordo com o doleiro Enrico Machado, que também firmou acordo de delação premiada, como O GLOBO antecipou, a construtora era uma das “principais clientes” de Juca Bala, correspondendo a 60% de toda a movimentação financeira que ele comandava. No Rio, ele mantinha salas comerciais com cofres para guardar o dinheiro.

Outro nome que ainda não tinha vindo à tona é o de Timothy Scarah Lynn, que virou réu. Ele atuava como procurador de offshores criadas pela Odebrecht para destinar propina a agentes políticos e atuou como intermediário do pagamento dos US\$ 3 milhões. Um contrato de serviço fictício de consultoria foi firmado entre uma empresa pela qual ele respondia e uma companhia de Renato Chebar. Desta forma, os recursos circularam da empreiteira para o ex-governador. A participação de Timothy foi reiterada por outro delator da Lava-Jato: Vinicius Borin, operador de offshores da Odebrecht.

A defesa de Wilson Carlos afirmou que não vai se pronunciar. Os advogados de Cabral e Carlos Miranda não retornaram as ligações. Os defensores dos outros réus não foram encontrados.

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)